

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Agência Portuguesa do Ambiente

Despacho (extracto) n.º 4198/2008

Por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 24 de Janeiro de 2008, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 e no n.º 5 do artigo 15º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, foram os Técnicos de Informáticos-adjuntos da carreira de Técnico de Informática do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, Iolanda Maria de Lima Alves e Artur Joaquim Santos Peixoto, nomeados Técnicos de Informática do Grau 1, nível 1, escalão 2, da mesma carreira, com efeitos a partir da data da assinatura do referido despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 2008. — O Chefe de Divisão de Gestão dos Recursos Humanos, *Pedro Manuel Ducla Soares Sotomayor Cardia*.

Despacho (extracto) n.º 4199/2008

Por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 28 de Dezembro de 2007, ao abrigo do disposto n.º 2 do artigo 9º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua actual, foi delegada na Directora de Departamento e Alterações Climáticas, Ar e Ruído, Eng.ª Filomena Boavida a competência para a gestão do sistema do registo nacional de dados relativos a concessão, transferência e anulação de licenças de emissão, Este despacho, independentemente da sua publicação no *Diário da República*, produz efeitos a partir da data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 2008. — A Chefe de Divisão de Gestão dos Recursos Humanos, *Manuel Ducla Soares Sotomayor Cardia*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Despacho n.º 4200/2008

Considerando que os cargos de direcção intermédia do 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam pelo menos quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Direcção de Serviços de Administração e Gestão do quadro da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, aberto pelo Aviso n.º 17409/2007, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 177, de 13 de Setembro, se encontra concluído, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais inerentes;

Considerando que o Júri do procedimento concursal me propôs que a licenciada Paula Alexandra Semedo Louro fosse nomeada para o cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, por ter o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, conforme resultou da aplicação dos métodos de selecção e dos critérios de apreciação e ponderação fixados para o procedimento concursal, nos quais a candidata obteve elevada classificação, demonstrando grande competência técnica e boa aptidão profissional e pessoal para o cargo;

Considerando que a licenciada Paula Alexandra Semedo Louro reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Nos termos do disposto nos números 8 a 10 do artigo 21.º do diploma acima citado, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com início de funções a 28 de Janeiro do corrente ano, no cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Direcção de Serviços de Administração e Gestão do quadro da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a licenciada Paula Alexandra Semedo Louro, Verificadora Aduaneira Superior de

2ª Classe, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

23 de Janeiro de 2008. — O Director-Geral, Vítor Campos.

Nota curricular da nomeada

I — Dados biográficos

Nome: Paula Alexandra Semedo Louro

Naturalidade: Lisboa

Nacionalidade: Portuguesa

Idade: Nascida em 12 de Agosto de 1977

II — Habilitações académicas

Licenciatura em Direito, especialização em jurídico-políticas, pela Universidade Autónoma de Lisboa;

Pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa.

III — Formação Complementar

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, no Instituto Nacional de Administração;

Frequência de vários cursos e acções de formação nas áreas de direito administrativo e financeiro.

IV — Situação profissional

Verificadora Aduaneira Superior de 2ª Classe da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

V — Carreira profissional

Entre Setembro de 2002 e Maio de 2005, exerceu funções como técnica superior de 2ª e de 1ª classe na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, tendo participado na elaboração de estudos, pareceres e informações na área jurídico-financeira;

Entre Maio de 2005 e Janeiro de 2008, exerceu funções como verificador superior aduaneiro de 2ª classe na Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, procedendo, em especial, à instrução de processos de contra ordenação e à representação da Fazenda Pública junto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Entre 2001 e 2004, assistente de aulas práticas nas cadeiras de Finanças Públicas I e de Direito Internacional Público II da Licenciatura em Direito, na Universidade Autónoma de Lisboa.

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

Aviso n.º 3947/2008

1 — Nos termos do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz -se público que, por despacho da Directora-Geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais de 23 de Janeiro de 2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares na categoria de técnico superior principal, da carreira de técnico superior, nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro e subsequentes alterações resultantes da publicação de diversos diplomas.

2 — Em cumprimento do artigo 41º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi realizado o procedimento prévio de recrutamento, para a selecção de pessoal em situação de mobilidade especial, previsto no artigo 34º do mesmo diploma, dando origem às ofertas com os códigos P20070473/P20070489/P20070477, não tendo sido recebida qualquer candidatura de funcionários ou agentes nesta situação.

3 — O concurso é válido apenas para o preenchimento dos lugares em referência.

4 — Áreas funcionais:

Referência n.º 1 — Economia e Prospectiva Internacional

Referência n.º 2 — Sistemas de Informação Sócio-económica

Referência n.º 3 — Planeamento e Gestão Estratégica e Análise e Avaliação de Políticas Públicas

5 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99 de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 141/2001 de 24 de Abril.

6 — Local, remuneração e condições de trabalho — o local de trabalho situa-se na Avenida D. Carlos I, 126, 1249-073 Lisboa, onde funciona